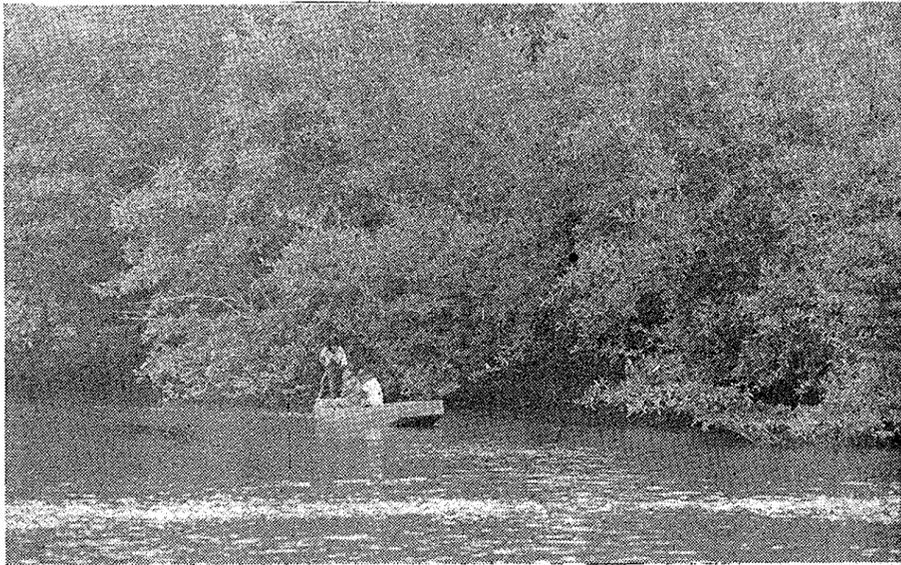




A luta pela sobrevivência faz o pequeno Assis improvisar arco e flecha de forma rudimentar



Pesca no rio Ceará, que cruza Caucaia, é uma das fontes de sobrevivência para o povo Tapeba

A RESISTÊNCIA DO POVO TAPEBA

Primeira reserva indígena do Ceará deverá surgir em terras dentro do município de Caucaia

MÁRCIA GURGEL
EDITORIA DE CIDADES

Antes mesmo da criação da reserva Tremembé, na praia de Almofala, a dos Tapebas, em Caucaia, deve ser oficializada pela Funai. Será a primeira do Ceará — confirmou o Delegado Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), baseado em João Pessoa, Marcos Clemente. A comunidade, descendente dos que habitaram a antiga Villa do Soure, é hoje formada de pouco mais de mil remanescentes, segundo cálculos do IBGE. Eles devem receber a posse de 4.675 hectares, em terras que começam no muro das indústrias TBA e Cera Peles (mas essas ficaram de fora, assim como as rodovias federais e estaduais e a via férrea). Dentro da área está o restaurante, churrascaria, dancing e posto de gasolina Lago Verde, construído após a delimitação da reserva Tapeba. O cálculo do advogado da Arquidiocese de Fortaleza, Aécio de Aguiar, é de que dentro de seis meses a questão esteja encerrada. Uma comissão irá a Brasília nos próximos dias, para acertar detalhes do projeto.

A Fundação tem até o próximo ano, coincidentemente declarado pela ONU como o Ano Internacional dos Povos Indígenas, para demarcar todas as áreas cujos processos estejam em andamento, num total de 144. Com data de 24 de outubro passado, o Departamento Fundiário da Funai emitiu parecer favorável aos Tapebas. O documento, textualmente, ratifica a condição étnico-cultural da nação, bem como reconhece a inviabilidade da manutenção e do desenvolvimento dessa etnia, se não lhe for assegurado o direito à terra e aos recursos econômicos provenientes dessa, que possibilitem sua sobrevivência físico-cultural.

Já no distante ano de 1755 os Tapebas ocupavam a aldeia de Caucaia. Por força da Provisão Régia e alvarás daquele ano, o aldeamento foi transformado em Villa do Soure. E tal como os Tremembés, os Tapebas perderam, basicamente, sua língua, seus hábitos e costumes, mantendo no entanto a consciência de sua identidade étnica.

Os remanescentes vivem em extrema pobreza, em local de tradicional ocupação indígena, já muito reduzido pelo esbulho sofrido. Há mais de cinco anos, um grupo deles está em litígio com a indústria TBA. A empresa, através de seu Presidente, Antônio Sales, anuncia a posse de 300 hectares. Ele promete despejar os favelados, tão logo uma liminar de reintegração de posse seja publicada em Diário Oficial (mas o advogado dos índios,



"Tem dia que nem se almoça, nem se janta e nem se bebe café. Quando a gente plantava ainda tinha o que comer. Agora, não, estão expulsando a gente"

ferência fisiográfica. É o nome de uma lagoa e de um riacho temporário próximos à sede do município. Tem origem Tupi, como corruptela de itá — pedra, e peva — limpa, polida. A luta declarada pela posse da terra intensificou-se a partir de 1982. Em 1988, eles sofreram o seu maior revés, quando o Grupo de trabalho interministerial deliberou pelo arquivamento do processo. Mas agora, em outubro, a Funai emitiu parecer favorável e a carta de anuência dos índios será assinada em Brasília, possivelmente ainda este mês.

Aécio Aguiar da Ponte, afirma que o documento não determina a retirada, apenas proíbe que novos barracos sejam levantados na área em questão).

A reserva Tapeba, de 4.675 hectares, já foi identificada e desde 1988 é aguardada a demarcação, o que deve acontecer, obrigatoriamente, no decorrer do próximo ano. A Nação está dispersa em locais conhecidos como lagoa dos Tapebas, Trilho, Vila Nova, Ponte Um e Dois, Grilo, Capoeira Um e Dois, Açude, Cigana, Vila São José e outras. Os descendentes (mais os brancos favelados, que estão em idêntica situação) vivem em péssimas condições de moradia, não há saneamento básico, são subnutridos e muitos não se adaptaram às atividades econômicas que fizeram o desenvolvimento regional. A economia é baseada na pesca e na coleta de crustáceos e moluscos no rio Ceará e no manguezal. Alguns trabalham em artesanato de palha de carnaúba, outros retiram e vendem areia do rio, uns confeccionam vassouras e esteiras e a grande maioria vive mesmo é atolada na lama.

Para os Tapebas, a data mais relevante a comemorar é o 3 de outubro, quando morreu, no ano de 1894, um de seus líderes, Vitor Teixeira de Matos. O cacique atual é o índio Alberto. Eles estão reunidos em associação de moradores e recebem acompanhamento da Comissão Indigenista da Arquidiocese de Fortaleza.

Foi no ano de 1723 que o Capitão-Mor do Ceará deu aos Tapebas, três léguas de comprimento por uma de largura. Eles dizem ter documentos que atestam a presença da Nação na área, mas ao contrário dos Tremembés, a posse não foi registrada em cartório. O que não impediu o antropólogo do Museu de Manguel, catadrático Ênio Trindade, de reconhecer a identidade étnica, contra os que trabalhavam pela tese de que, muito mestiçagem, eles não guardavam traços de sua ascendência.

O nome Tapeba, historia José Cordeiro em seu livro Os Índios no Siará — Massacre e Resistência, corresponde a uma refer

Miséria é herança de maior reconhecimento no passado

Francisco Alves Teixeira, 44, conhecido como índio Alberto, é o cacique Tapeba. Lidera um grupo de cerca de mil descendentes da nação que no século XVII, ocupava o aldeamento de Caucaia. Mas, tão ou mais guerreira do que ele é sua primeira mulher, Raimunda, de quem está separado há sete anos (vive com outra). Com 48 anos, à semana passada padecia de dores, indisposição "afogueamento", por conta da menopausa. Ela irá a Brasília, nos próximos dias, na comissão de Tapeba e Arquidiocese, a convite da Funai, para um encontro com o antropólogo Ênio Trindade.

"Índio sem terra é como peixe fora d'água. Morre no seco. Sou rico de saúde e de terras, dessas terras que os brancos dizem que são deles, mas todas são nossas" — falou Alberto. Ele defende a mudança no Estatuto do Índio. O atual não esclarece, no caso de haver um mineral dentro da terra, se a tribo pode ou não explorá-lo — diz ele.

Na rede, entre uma conversa e outra com a enfermeira que a orientava para buscar um hospital, Raimunda Teixeira, 12 filhos (oito vivos) e 13 netos, desabafa: "A gente vive passando fome. Por mais que faça, que pesque,



Sem referencial da arquitetura primitiva, Tapebas vivem em casebres precários

que entre no mangue, que junte palha e faça o artesanato, o ganho não dá pra comer". E num canto do mísero casebre, a nora Lúcia cozinha um chá contra a dor. O almoço, naquele dia, ainda não estava garantido.

Disposta a defender sua gente, Raimunda afirma: "Quando chegar o dia da viagem a Brasília, vou de qualquer jeito, doente ou boa, com recurso ou sem recurso, com condição ou sem condição". Orgulhosa de sua ascendência indígena, lamenta que os costumes não possam ser preservados. A

luta pela sobrevivência faz as crianças, desde cedo, caírem no mangue. De uma forma quase intuitiva, o pequeno de Assis improvisa o arco e a flecha com um graveto e um pedaço de borracha, para disparar nos inimigos invisíveis.

Uma das características indígenas é exatamente a prole numerosa. Os Tapebas vivem em guetos. Junto a Raimunda estão os filhos casados e seus netos, mas todos extremamente pobres, piores do que os pais. É o caso de Liza Maria, 27 anos, a espera do sétimo

filho. A família "mora" no quintal do casebre da mãe, em um cubículo de três metros quadrados, cujas paredes e teto são "feitas" de papelão e molambos, em barro batido. No terceiro, filhos pequenos brincam entre fezes, humanas e do porco. No cercadinho, a menina inocente acomodava seus brinquedos. É para esse povo, sem teto, sem chão, sem comida, sem dinheiro que a Funai promete implantar a reserva.

"Tem dia que nem se almoça, nem se janta e nem se bebe café. Quando a gente plantava ainda

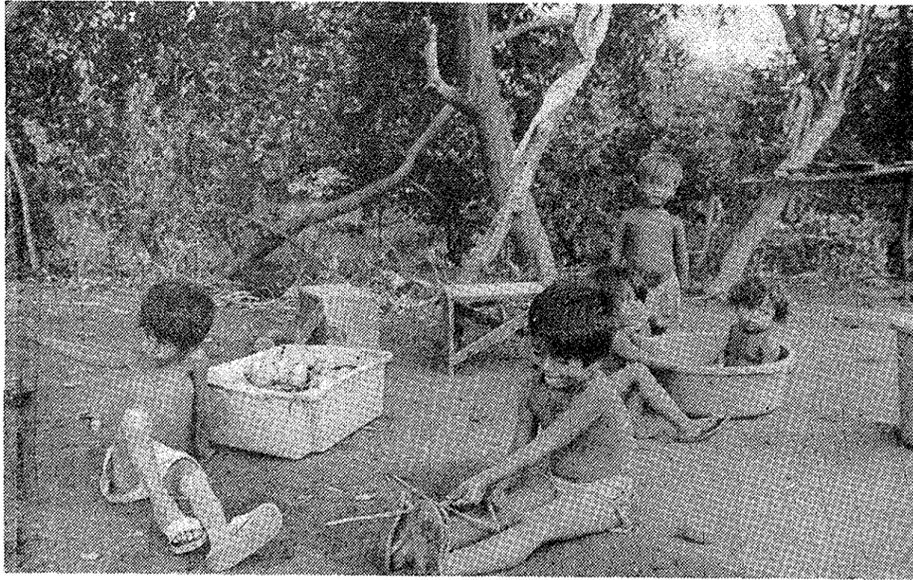
tinha o que comer. Agora, não, estão expulsando a gente, cada vez o pedaço fica menor. Não dá nem para criar um bicho" — resume Raimunda Teixeira. Índios e não-índios dividem no espaço a miséria e a dor. "Tudo é um jeito só, um sofrimento só. Quando sair a nossa reserva, vai tudo ficar com a gente" — promete a mulher do cacique.

A pobreza, entre eles, só faz aumentar. Até o leite que era distribuído pelo programa Viva a Criança foi suspenso desde junho.

O Comércio do caranguejo — corda de Cr\$ 8 a Cr\$ 15 mil — está cada vez mais difícil. Só nos finais de semana, quando aproveitam a passagem dos veranistas de Icarai e Cumbuco, eles conseguem venda melhor. Mas precisam comer todos os dias. Esse é o drama de famílias como Sebastiana Batista dos Santos, cinco filhos, e ainda com a missão de cuidar dos três de sua irmã, órfãos de pai (a mãe se embrenha no manguezal). Em Caucaia, todo dia é dia de índio. E de muita fome.



Mesmo adoentada, Raimunda pretende ir a Brasília defender direitos tapebas



Desnutridos, menores deixaram de contar com reforço alimentar de leite do Viva Criança



FOTOS: JOÃO CARLOS MOURA

Para os que se opõem à demarcação da reserva, alegam que Tapebas perderam raízes culturais

A RESISTÊNCIA DO POVO TAPEBA

Doenças da tribo têm origem na contaminação do rio Ceará

Os Tapebas sobrevivem, miseravelmente, nas margens do manguezal do rio Ceará. É dele que os índios remanescentes do aldeamento de Caucaia e os brancos que os acompanham tiram o sustento, da pesca do camarão, do siri e do caranguejo, nas águas fétidas de um rio poluído. A consequência mais imediata são as doenças de peles, respiratórias e as verminosas, como revela a enfermeira-chefe do posto de

saúde, como dona Maria Sônia Batista da Silva, não-índia, mas há 12 anos na favela do Trilho. O posto pertencia à Fusec, mas com a municipalização, passou para a alçada da Prefeitura Municipal de Caucaia. E piorou. Nem com boa vontade, os profissionais conseguem suprir a costureira falta de medicamentos.

saúde, Sandra Eveline.

Muito querida na comunidade, a enfermeira conta com a colaboração de agentes de

rém o mais grave são as doenças. Sandra confirma que as queixas mais comuns são de doenças de pele. Infecções respiratórias, doenças diarreicas e verminose. A desnutrição e a falta de higiene são genéricas.

Agora com a cólera, pelo menos, os agentes de saúde conseguiram convencer as famílias a usarem regularmente hipoclorito de sódio, que o posto distribui. Quanto às crianças, a enfermeira resume: "As diarreias, a gente trata, mas são meninos que vivem doentes, o crescimento fica comprometido".

Desde pequenos, os moradores adentram no mangue. O rio é poluído, com dejetos desde o Araturi. Há esgotos canalizados. Tanto o camarão, o siri e o caranguejo escasseiam como sua qualidade cai, po-



Enfermeira Sandra Eveline (e), que atende os Tapebas, confirma situação precária do povo

Indústria leva litígio à Justiça

O litígio com a indústria TBA, localizada na rodovia BR-222, em Caucaia, afeta apenas uma das 17 comunidades ligadas à questão Tapeba — explicou o advogado da Arquidiocese e defensor dos índios, Aécio Aguiar. A liminar da ação de reintegração de posse, requerida pela empresa, está em fase de citação das partes. O processo perdura há mais de cinco anos.

A área identificada para os Tapebas desde 1986 sofreu um retrocesso em 1988 quando o chamado Grupão decidiu arquivar o pleito. Mas — lembra Aécio — o Governo Collor determinou o desarquivamento de 144 áreas indígenas que já estavam em estudo. Agora, no que se tornou rotina brasileira, "sempre que há possibilidade de criação de uma reserva afloira, os índios são ameaçados". É o que ocorre com os Tremembés de Almofala e o que temem os Tapebas.

O advogado explica que os brancos sem laços familiares com os índios de Caucaia e que estejam no espaço a ser delimitado para os descen-

dentes indígenas, não serão prejudicados. O INCRA já desapropriou duas fazendas, no próprio município, para o remanejamento do pessoal.

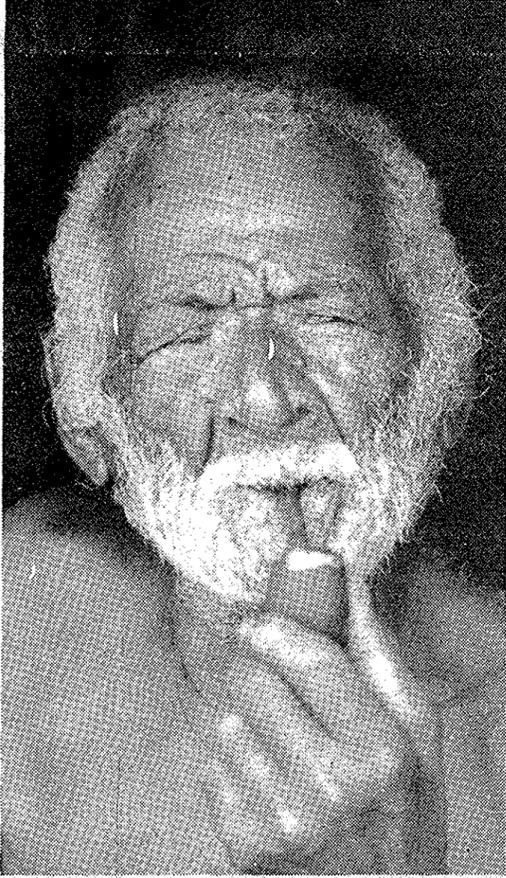
A reserva ficará em nome da União, cabendo aos índios apenas a posse para sua subsistência. Assim, quem se sentir prejudicado com o valor da indenização, deve recorrer à União e pedir o ressarcimento. A expectativa dos defensores dos índios é de que em seis meses, os detalhes estejam resolvidos. O processo, da parte local, está findado, como disse o advogado. E ao contrário do que os brancos protestam, os Tremembés e os Tapebas, proporcionalmente, estão entre as cinco tribos de menores reservas indígenas no Brasil. Como os critérios da Funai não são do conhecimento de todos, os de Almofala, segundo o que está projetado, terão direito a 4.900 hectares, um pouco mais do que a extensão a ser destinada aos Tapebas, quando a população recenseada em Almofala é de três vezes a de Caucaia.

Brancos pobres marginalizados

Entre os Tapebas estão os brancos, tão pobres quanto os índios. A diferença é que os primeiros, historicamente os ocupantes do Brasil, terão justiça a partir da criação da reserva, que devolverá a eles uma pequena porção do que foi usurpado quando o Governo de então declarou, por decreto, a inexistência de índios no Ceará. Já os brancos, também espoliados ao longo dos anos, por outros brancos mais favorecidos, ficarão de fora da área. Mesmo assim há promessa de que a própria Funai adquira um terreno nas imediações pa-

ra alojar os que convivem com os Tapebas. Pode ser a salvação para as pessoas, como é o caso de Maria Barbosa de Melo, abandonada pelo marido.

Aos 35 anos, quatro filhos — todos com menos de sete anos — está separada há 10 meses. Vive em uma tapera do irmão, na comunidade do Trilho, com placa de venda. "Ele saiu daqui porque os meninos viviam doentes. Os meus também, desde que cheguei, estão doentes" — conta Maria.



Apesar de ter tido 33 filhos, Luiz Bastos vive hoje só

Velho abandonado

Luiz Bastos, 78 anos, é o protótipo do índio velho. Ele carrega no corpo as marcas do abandono, o mesmo que também caracteriza os outros velhos miseráveis e desassistidos pelo Governo. Mora sozinho numa tapera, na comunidade do Trilho. Casado duas vezes ("mas de papel passado, só uma; a outra eu só vivi junto" — ele se apressa em esclarecer), teve 33 filhos, sendo 17 com a primeira e 16 com a segunda.

O índio velho sobrevive de uma aposentadoria (na verdade, a renda mensal vitalícia). Perto dele estão cinco dos 33 filhos. "Mas eu moro só e Deus que me alumia. Sou viúvo mas aqui é tudo gente conhecida, não tem perigo, e mesmo roubar o que se aqui dentro não tem nada para ser levado?" — diz Luiz Bastos. A distração consiste em pitar o cachimbo, com um fumo de cheiro forte. Passa os dias na janela do casebre. O almoço, quem traz é uma de suas filhas.

Luiz Bastos se declara tapeba. Nasceu lá no Cócó, para onde alguns dos remanescentes correram, há muitos anos, premidos pela miséria. Há 20 anos, ele se mudou com a mulher, filhos e outros parentes para a beira do rio Ceará, junto à ponte, "que índio gosta de pescar". Ele sabe da possibilidade de criação da reserva: "Esperança nós tem muita e há de ser que eu ainda esteja vivo quando isso acontecer" — fala o velho, passando o cachimbo para o canto da boca. Sem camisa, as muitas peles dobradas na barriga revelam a passagem dos anos e a fome, que lá comida é coisa de uma vez ao dia.

Funai deve reconhecer direito à terra ainda no próximo ano

O relatório de identificação levantado pela Funai em Caucaia confirma a existência de 914 remanescentes indígenas da nação Tapeba. O documento, assinado pelo Departamento Fundiário da Fundação, e a partir de trabalho de pesquisa liderado pelo antropólogo e professor Ênio Trindade, reconhece a existência dos índios e estabelece a área da futura reserva em 4.675 hectares e 75 quilômetros de perímetro. Significa que, oficialmente, a Funai se compromete a criar a reserva, embora em data não marcada. Será no decorrer de 1993.

O parecer aponta, como informa a Assessora de Comunicação em Brasília, Eliana Barreto, quando do censo indígena, exatamente 914 indivíduos de 185 famílias, sendo que 683 pessoas de 137 famílias residem nas comunidades do Trilho, lagoa dos Tapebas, Capoeira Um e Capoeira Dois e Barra Nova. A maior concentração está no Trilho, onde moram 234 (um deles é o índio Alberto, cacique da Nação).

Já o relatório da situação fundiária propõe que nos 4.675 hectares e 75 quilômetros de perímetro, sejam excluídas a faixa de domínio correspondente ao antigo e novo limite da Rodovia BR-222, a rodovia do Garrote e a ferrovia. Mas fica incluída na reserva a Gleba Palmirim, "descontínua, e onde se localiza a comunidade do Trilho." O documento — diz a assessora — "ratifica a unidade étnico-cultural dos Tapebas, bem como reconhece a inviabilidade de manutenção dessa etnia, se não lhes for assegurada o direito à terra e aos recursos econômicos provenientes desta, que possibilitem sua sobrevivência físico-cultural."

Fábrica garante que possui 300 hectares da zona reivindicada

O proprietário da TBA (Técnica Brasileira de Alimentos), Antônio Lima Sales, assegura: a empresa possui 300 hectares, em cinco dos quais estão instaladas a fábrica alimentícia e a POC, de papelão e papel. Ele aguarda, apenas, que seja publicada a liminar da Sétima Vara Federal, correspondente a uma ação de reintegração de posse, para mandar retirar da área os mais de 200 favelados nela incrustados. Mas, o advogado dos Tapebas, Aécio Aguiar, mostra que a liminar não assegura a posse ao industrial. O juiz Francisco das Chagas Fernandes determinou que não houvesse demolições e nem tampouco invasões.

Antônio Sales, o empresário, fala que a Resolução GTI número 01, de 1988, não considerou como área indígena os 4.675 hectares pleiteados e que margeiam a faixa costeira com a rodovia. Afirma que "os primeiros invasores chegaram aqui, no terreno partilhado da TBA, há cerca de 10 anos e que ainda há gente chegando". Acha que "o Governo vai procurar uma área para eles, mas distante de Caucaia, porque seria até feio esses casebres".

A indústria está em expansão. Levou para uma de suas extremidades a fábrica de papelão e papel higiênico, a POC, que funcionava na Barra do Ceará. Sales ressalta que "a área que estão querendo como reserva está classificada como distrito industrial de Caucaia, segundo a Lei nº 430, de 5 de setembro de 1986, da Câmara Municipal de Caucaia". Mas, é ainda Aécio quem rebate lembrando que a Câmara Municipal não tem competência para estabelecer zonas industriais, o que é próprio do Estado. A TBA existe há 20 anos, 15 dos quais em Caucaia. Possui 600 funcionários e fábrica, dentre outros produtos, massa de milho, macarrão, biscoitos e café. O Diretor-Presidente fala que "quando comprei o terreno, não tinham ninguém. Os invasores vieram com o lixo, como catadores e se multiplicaram. Reconheço que muitos deles devem ser descendentes de índios".